



CONTRATO Nº. 530/2017

INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICIPIO DE NAVIRAÍ – MS E A EMPRESA SILVA & AZAMBUJA LTDA - EPP

I - CONTRATANTES: MUNICIPIO DE NAVIRAÍ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Praça Prefeito Euclides Antonio Fabris n.º 343, inscrita no CGC/MF sob o n.º 03.155.934/0001-90 doravante denominada CONTRATANTE e a empresa SILVA & AZAMBUJA LTDA - EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida à Avenida Antônio Joaquim de Moura Andrade, 180 – térreo / Centro – Nova Andrade – MS, inscrita no CNPJ/MF n.º 03.285.860/0001-07 e Inscrição Estadual n.º 28.311.247-6, doravante denominada CONTRATADA.

II - REPRESENTANTES: Representa a CONTRATANTE a Sra. Fátima de Lourdes Ferreira Liuti, Gerente de Educação e Cultura e Ordenadora de Despesas conforme Decreto n.º 003/2017, brasileira, portadora do CPF/MF n.º 500.621.311-68 e Cédula de Identidade RG 427.746 SSP/MS, residente e domiciliada nesta cidade, à Avenida Dourados, 435 Apto. 1002, Edifício Ilha Grande. e a CONTRATADA o Sr. Edenir Batista Azambuja, brasileiro, portador do CPF/MF n.º 248.488.756-68 e Carteira Profissional n.º 1.739 CREA/MS, residente e domiciliado na Rua Senador Auro Soares de Andrade, 1.319 – Centro Nova Andradina - MS.

III - DA AUTORIZAÇÃO E LICITAÇÃO: o PRESENTE Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Sr. José Izauri de Macedo, Prefeito Municipal, exarada em despacho constante do Processo Licitatório n.º. 391/2017, gerado pela Tomada de Preços n.º. 005/2017, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivesse contido.

IV - FUNDAMENTO LEGAL: O Presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei 8.666/93, e demais normas legais pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Contrato a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE ENTRADA DE SERVIÇO COLETIVA – REDISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA – INSTALADA NAS UNIDADES ESCOLARES: CIEI VERA MARIA DE BRIDA, EMEIEF JOSE MARTINS FLORES, CRECHE MUNDO MAGICO-EXTENSÃO, CMEI IRMÃ EVANETE DOS SANTOS – EXTENSÃO, CIEI MARIA JOSE DA SILVA CANÇADO, EMEF PROFESSOR JOSE CARLOS DA SILVA, CRECHE JARDIM IPÊ, DO MUNICIPIO DE NAVIRAÍ/MS**, conforme as especificações constantes no Processo Licitatório n.º. 391/2017, os quais ora são adjudicados à CONTRATADA com fulcro no julgamento e respectiva homologação do procedimento licitatório realizado pela Tomada de Preço n.º. 005/2017, que dele passa a fazer parte integrante e indissociável, independentemente de sua transcrição, para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 O presente contrato será executado por administração indireta, pelo regime de empreitada por Preço Global;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1 O valor global do serviço, ora contratado é de **RS 157.506,57 (Cento e Cinquenta e Sete Mil Quinhentos e Seis Reais e Cinquenta e Sete Centavos)**, fixo e irrevogável.

CLÁUSULA QUARTA – DA CAUÇÃO



- 4.1 *A título de garantia de execução da obra, a adjudicada deverá apresentar no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, caução, no valor de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, nos termos do Artigo 56 da Lei 8.666/93. Caso a caução seja realizada em dinheiro terá seu valor atualizado nas mesmas condições do Contrato.*
- 4.2 *A Caução poderá ser realizada através de:*
- a) *Caução em dinheiro ou títulos da dívida Pública;*
 - b) *Seguro-garantia;*
 - c) *Fiança bancária;*
- No caso de caução em dinheiro a contratada deverá efetuar o depósito identificado em nome da empresa no banco Caixa Econômica Federal – Agência 787 Conta Corrente 47-6.*
- 4.3 *No caso de rescisão contratual pelo inadimplemento das cláusulas contratuais pela empresa contratada não será devolvida a caução que será apropriada pela Prefeitura sob título de “Indenização e Restituição”;*
- 4.4 *É vedada a substituição dos valores caucionados sobre os quais não incidirão juros;*
- 4.5 *No caso da contratada optar por fiança bancária, a cobertura deverá compreender todo o período contratual, até o recebimento definitivo da obra;*
- 4.6 *Se por qualquer razão, durante a execução contratual, for necessária a prorrogação do prazo de validade da garantia de execução do contrato, a Contratada ficará obrigada a providenciar a efetivação da mesma, nos termos e condições originalmente pactuadas;*
- 4.7 *A Garantia de execução do contrato ou seu saldo se houver, somente será devolvida à Contratada, após o cumprimento integral das obrigações contratuais por ela assumidas.*

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTE

- 5.1 *Os preços são fixos e irredutíveis.*
- 5.2 *Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços, caso ocorra o desequilíbrio econômico físico-financeiro do contrato conforme disposto no Art. 65 alínea “d” da Lei 8.666/93. E eleito o índice oficialmente que melhor reflita a variação ponderada dos custos da contratada, desde que publicamente divulgado.*
- 5.3 *Caso ocorra à variação nos preços, o contratado deverá solicitar formalmente a Administração Municipal, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.*

CLÁUSULA SEXTA – DAS MEDIÇÕES, PAGAMENTOS E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 6.1 *Os pagamentos serão efetuados conforme medições mensais dos serviços executados e aprovados pela Gerência de Obras;*
- 6.2 *Não serão considerados, nas medições, quaisquer serviços executados sem a expedição da respectiva Ordem de Serviço;*
- 6.3 *Após o recebimento da Ordem de Serviços e Execução a Contratada deverá apresentar junto a Gerência de Obras de Naviraí – MS, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, o comprovante da ART do CREA/MS para início da obra.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
GERÊNCIA DE FINANÇAS

- 6.4 O pagamento da primeira medição estará condicionado a apresentação da Matrícula da Obra (CEI) junto ao INSS onde deverá constar no campo "identificação" na Ficha cadastral do INSS (CEI) o nome da "Prefeitura Municipal de Naviraí"
- 6.5 Deverá constar em todas as notas fiscais emitidas para cada medição, o número da matrícula do CEI.
- 6.6 O pagamento de cada medição será efetuado após comprovação pela CONTRATADA de que se encontra em dia com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débitos como INSS e FGTS, observando que o INSS referente a cada Nota Fiscal emitida será retido; apresentar ainda a CNDT junto a Justiça do Trabalho, sendo que o pagamento da última medição será condicionado, obrigatoriamente, a apresentação da Certidão Negativa de Débitos do CEI, com o valor mínimo de 25% sobre o montante da Obra.
- 6.7 Conforme o disposto na Lista de Serviços constantes no item 7, subitem 7.2 da Lei Complementar Federal nº. 116/2003 e Lei Complementar Municipal nº. 045/2003, incidirá sobre o valor global do contrato o ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), que serão Retidos na Fonte no ato de cada pagamento;
- 6.8 Executados os serviços, o seu objeto será recebido:
- I - Parcialmente pela Administração Municipal mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes, que precedida da efetuação da medição;
 - II - Definitivamente pela Comissão de Fiscalização mediante Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes após o decurso do prazo de observação, ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais;
 - III - O Termo de Recebimento Definitivo não eximirá a contratada das obrigações definidas no art. 1245 do Código Civil Brasileiro, bem como nos artigos 69 da lei 8.666 de 21.06.93 e parágrafo 2º do artigo 73 da mesma Lei;
- 6.9 Salvo as disposições em contrário, constante do Edital, os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para boa execução do objeto de contrato, correm por conta e responsabilidade da Contratada;
- 6.10 A contratada obriga-se a refazer as suas expensas os serviços que vierem a ser recusados pela Comissão de Fiscalização da obra, designada pelo município, respeitando o prazo estipulado pela comissão;
- 6.11 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da emissão do atestado de execução de cada parcela, com a apresentação regular da respectiva fatura liquidada, sem que haja pendência a ser regularizada pela contratante.
- 6.12 A emissão do atestado de execução ou a rejeição de parcelas das obras ou serviços pela autoridade competente não poderá ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data em que foi protocolado o pedido de medição, salvo motivo justificado.
- 6.13 Decorrido o prazo de 05 (cinco) dias sem a aprovação ou rejeição mencionadas no inciso anterior, a Administração deverá pagar os serviços retratados na fatura, sem embargo de posterior medição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
GERÊNCIA DE FINANÇAS

- 6.14 *Se forem constatadas, em medições realizadas após o pagamento, incorreções qualitativas e/ou quantitativas nos serviços prestados, a Administração deverá promover as deduções correspondentes nas faturas posteriores.*
- 6.15 *As disposições constantes nos subitens 6.13 e 6.14 deste item não se aplicam à última medição da obra ou serviço contratado.*
- 6.16 *O pagamento de cada medição, somente será efetuado após a comprovação pela contratada de que se encontra em dia com suas obrigações para com o Sistema de Seguridade Social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débitos com o INSS, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho (CNDT), da comprovação do recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) correspondentes ao mês da última competência vencida, referente a todos os trabalhadores envolvidos nos serviços.*
- 6.17 *O pagamento da última medição ou o valor mínimo de 25% sobre o montante da obra, estará condicionado obrigatoriamente a apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND) da obra, junto ao INSS.*
- 6.18 *Certidão Negativa Final da Obra (CEI) junto ao INSS.*

CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 7.1 *Os recursos financeiros para o cumprimento das obrigações constantes neste edital serão oriundos de recursos próprios, sendo que as despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão a cargo das seguintes dotações orçamentárias:*

- **GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.05.12.361.0502.1.011-44.90.51 (R 574)**

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS

- 8.1 *O prazo para realização da obra constante deste Edital será de 90 (noventa) dias contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviços.*
- 8.2 *Para o recebimento da Ordem de serviços a Contratada deverá apresentar junto a Gerência de Obras, comprovante da ART/MS para início da obra.*
- 8.3 *O prazo para execução da obra poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação da contratada, no prazo máximo de 10 (dez) dias antes do término do contrato, desde que comprovada a justa causa do pedido, mantidas as demais cláusulas do contrato, desde que ocorra circunstâncias apontadas na Lei nº. 8.666/93.*
- 8.4 *O prazo de vigência do Contrato será de 180 (cento e oitenta) dias podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes e nos termos da Lei 8.666/93.*

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO

- 9.1 *A obra só poderá ser iniciada após a emissão da Ordem de Serviços pela Gerência de Obras.*
- 9.2 *A Contratada deverá apresentar Alvará de Construção para a Obra, retirado junto a Gerência de Obras;*
- 9.3 *A empresa deverá fornecer e afixar as placas conforme o modelo em anexo (modelo está salvo no CD que acompanha o edital).*



- 9.4 Os serviços deverão ser executados de acordo com o Projeto, Cronograma Físico-financeiro e o Memorial Descritivo, parte integrante deste Contrato;
- 9.5 As Normas, Manuais, Instruções e Especificações vigentes na ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) deverão ser obedecidas. Qualquer alteração na sistemática por elas estabelecida com a respectiva justificativa será submetida à consideração da Prefeitura, a quem caberá decidir a orientação a ser adotada.
- 9.6 Todo pessoal da contratada deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhes forem atribuídos.
- 9.7 Qualquer operário ou empregado da empresa, que na opinião da fiscalização não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, deverá, mediante solicitação por escrito da fiscalização, ser afastado imediatamente pela contratada.
- 9.8 A contratada deverá realizar os serviços com equipamento adequado de modo a atender às exigências dos serviços e produzir a quantidade e qualidade satisfatória dos mesmos. A fiscalização poderá ordenar remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.
- 9.9 Será de inteira responsabilidade da firma contratada a sinalização dos serviços durante o período de execução.
- 9.10 Os serviços serão considerados concluídos após o término total, inclusive feita a limpeza geral, bem como reparos, caso a fiscalização julgue necessário.
- 9.11 Será de inteira responsabilidade da contratada, efetuar todos os serviços de projeto de engenharia, topografia, locação laboratório, necessário à realização dos trabalhos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1 A empresa contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições de contrato, os acréscimos ou supressões dos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme dispõe o parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93;
- 10.2 Atender as reclamações por parte do encarregado dos serviços;
- 10.3 Obrigar-se-á manter durante a vigência do contrato, em compatibilidade as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar a Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente instrumento;
- 10.4 Utilizar e manter durante a execução da obra, no local o Diário de Obra, onde deverá conter todas as informações relativas dos serviços executados. Os aditivos ou supressões de prazo ou valor só serão aceitos com base nas informações anotadas.
- 10.5 Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas a Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e outras despesas que fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, no que couber.
- 10.6 A Contratada obriga-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.
- 10.7 O contratado é responsável pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado;



- 10.8 *Aplicar-se-á em todos os casos, os dispositivos da Lei Federal nº. 8.666/93 e Alterações posteriores.*
- 10.9 *Os custos que vierem a ocorrer devido a Tarifa de Vistoria Extra, serão de responsabilidade da Empresa contratada.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1 *Cumprir com pontualidade, todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA.*
- 11.2 *Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA, sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato ou qualquer outra dúvida relativa à execução do objeto desta licitação;*
- 11.3 *Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência legal, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos incidentes de sua responsabilidade.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES MULTA E RESCISÃO

- 12.1 *O atraso injustificado na execução da obra sujeitará o contratado à multa de mora, de acordo com os seguintes percentuais, garantida prévia defesa:*
- a) *De 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor do contrato, quando o adjudicatário, sem justa causa, cumprir a obrigação assumida com atraso de até 30 (trinta) dias após o prazo estabelecido;*
- b) *De 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, sobre o valor do contrato, quando o adjudicatário, sem justa causa, cumprir com a obrigação assumida, com atraso superior a 30 (trinta) dias do prazo estabelecido;*

Parágrafo único; *as multas previstas neste item serão calculadas considerando-se os dias consecutivos a partir do dia útil imediatamente.*

- 12.2 *Pela inexecução total ou parcial do contrato a Prefeitura Municipal de Naviraí, poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:*

- I- Advertência;**
II- Multa;

- a) *De 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, quando o adjudicatário recusar retirar ou aceitar o instrumento de contrato ou equivalente, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas na forma do art. 81 da Lei 8.666/93;*
- b) *De 10% (dez por cento), sobre o valor dos serviços não realizados, após a rescisão do contrato, por ter o adjudicatário cumprido apenas parcialmente a obra;*
- c) *De 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato e cancelamento da Nota de Empenho, quando decorridos 30 (trinta) dias de inadimplemento e caracterizada a recusa ou impossibilidade do adjudicatário em executar a obra;*

Parágrafo único: *- a multa prevista na alínea "c" deste item incidirá ainda nos casos em que o adjudicatário, sem motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado, solicitar o cancelamento antes ou depois de decorridos 30 (trinta) dias de atraso.*

- III- suspensão do direito de participar de licitações com a administração pelo prazo de 02 (dois) anos;**
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;**



Parágrafo único: *declarar-se inidôneo o adjudicatário que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando a juízo da administração falta grave, revestida de dolo.*

12.3 *As sanções previstas nos incisos III e IV do item 12.2 poderão também ser aplicadas ao adjudicatário que:*

- a) *Tenha sofrido condenação definitiva por praticar por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.*
- b) *Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;*
- c) *Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.*

12.4 *As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 12.2, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e serão aplicadas pela autoridade competente.*

12.5 *As multas poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pela administração ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pelo adjudicatário em agência bancária credenciada pela Prefeitura para tais fins, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.*

12.6 *A Rescisão do Contrato poderá ocorrer da seguinte forma:*

- a) *O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;*
- b) *O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;*
- c) *A lentidão de seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade de conclusão dos serviços no prazo estipulado;*
- d) *O atraso injustificado no início da obra;*
- e) *A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;*
- f) *O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;*
- g) *O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotados na forma do parágrafo 1º do art. 67 da Lei Federal 8.666/93;*
- h) *A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;*
- i) *A dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;*
- j) *A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;*
- k) *Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que será subordinado o contrato e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;*
- l) *A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;*
- m) *Amigável entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a contratante;*
- n) *Judicial, nos termos da legislação;*

Parágrafo Único: *Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.*

12.7 *A Rescisão administrativa ou amigável deverá ser procedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.*



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 13.1 O contratado é responsável pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado;
- 13.2 Os custos que vierem a ocorrer devido a Tarifa de Vistoria Extra serão de responsabilidade da empresa contratada.

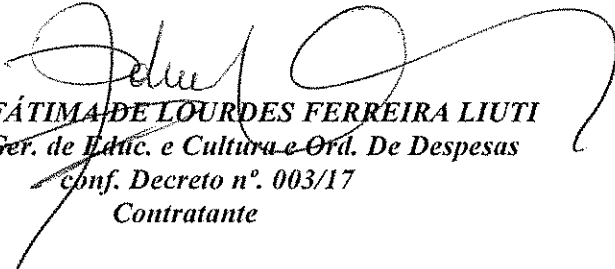
CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1 – Será responsável por fiscalizar a execução do presente contrato, a pessoa indicada no Ato intitulado “ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO”.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO


- 15.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Naviraí – MS, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir todas e quaisquer dúvidas decorrentes deste Contrato.
- 15.2 E por estarem justas e contratadas, foi lavrado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, o qual lido e achado conforme, é assinado pelas contratantes perante as testemunhas que também o subscrevem.

Naviraí – MS, 07 / 12 / 2017.


FÁTIMA DE LOURDES FERREIRA LIUTI
Ger. de Educ. e Cultura e Ord. De Despesas
conf. Decreto n.º 003/17
Contratante


EDENIR BATISTA AZAMBUJA
CPF n.º 248.488.756-68
Contratada

Testemunhas


JAQUELINE MARIA GARCIA MASCIOLI
Matricula n.º 2910-6


PATRÍCIA FÁBIANA GONÇALVES
Matricula n.º 7411-0

NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO
DE PREÇOS Nº 067/2017.

Processo nº. 217/2017 – Pregão Presencial nº. 101/2017.
 Partes Município de Naviraí e a empresa **PIRAMIDE**
CONSTRUTORA EIRELI – ME.

Objeto: Alteração do Anexo “IV” da Ata de Registro de Preços nº. 067/2017 no que se refere ao ITEM – 072 – passando de R\$ 23,36 para R\$ 24,84, correspondente ao Reequilíbrio Econômico Financeiro conforme pedido realizado pela empresa.

Fundamento Legal: Artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº. 8.666/93 e posteriores alterações.

Assinam: Sr. **Edvan Thiago Barros Barbosa** Gerente de Saúde e Ordenador de Despesas, conforme Decreto n.º 063/17, Srª **Fátima de Lourdes Ferreira Liuti**, Gerente de Educação e Cultura e Ordenadora de Despesas conforme Decreto nº 003/2017, Sr. **Eduardo Mendes Pinto**, Gerente de Administração e Ordenador de Despesas conforme Decreto nº 002/2017, Sr. **Astolfo Carlos Mendes**, Gerente de Meio Ambiente e Ordenador de Despesas conforme Decreto nº. 007/2017, Srª **Maria Telma de Oliveira Minari**, Gerente de Assistência Social e Ordenadora de Despesas conforme Decreto nº. 004/2017, Sr. **Adriano José Silvério**, Gerente de Serv. Públicos e Ordenador de Despesas conforme Decreto nº. 006/2017, Sr. **Fernando Tadashi Kamitani**, Gerente de Desenvolvimento Econômico e Ordenador de Despesas conforme Decreto n.º 056/2017, Srª **Ana Paula Krambeck Silva Rocha**, Gerente de Obras e Ordenadora de Despesas conforme Decreto nº. 005/2017, pela Contratante e o Sr. **Douglas Kopper**, pela Contratada.

Naviraí – MS, de 30 de Novembro de 2017.

Publicado por:
 Maria Helena Marques Vieira
Código Identificador:154A526E

NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO
DE PREÇOS Nº 033/2017.

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Processo nº. 119/2017 – Pregão Presencial nº. 049/2017.
 Partes Município de Naviraí e a empresa **J S DOS SANTOS -**
SUPERMERCADO.

Objeto: Alteração do valor do item do Anexo “III” da Ata de Registro de Preços nº. 033/2017 – ITEM – 020 (Vagem) de R\$ 7,89 para R\$ 10,52, correspondente ao Reequilíbrio Econômico Financeiro conforme pedido realizado pela empresa.

Fundamento Legal: Artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº. 8.666/93 e posteriores alterações.

Assinam: Srª **Fátima de Lourdes Ferreira Liuti**, Gerente de Educação e Cultura e Ordenadora de Despesas conforme Decreto nº 003/2017, Sr. **Astolfo Carlos Mendes**, Gerente de Meio Ambiente e Ordenador de Despesas conforme Decreto nº. 007/2017, Sr. **Edvan Thiago Barros Barbosa** Gerente de Saúde e Ordenador de Despesas, conforme Decreto n.º 063/17, Srª **Maria Telma de Oliveira Minari**, Gerente de Assistência Social e Ordenadora de Despesas conforme Decreto nº. 004/2017, pela Contratante e o Sr. **Adilson Pereira de Souza**, pela Contratada.

Naviraí – MS, de 28 de setembro de 2017.

Publicado por:
 Maria Helena Marques Vieira
Código Identificador:74BEAD64

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 528/2017

CONTRATO Nº 528/2017 - PROCESSO Nº. 415/2017 – PREGÃO
PRESENCIAL Nº. 179/2017. CONTRATANTE: Município de
 Naviraí – MS – **CONTRATADA:** **VALENZA AMBIENTAL LTDA**
 - ME. **OBJETO:** **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA**

ESPECIALIZADA PARA REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
DO PARQUE MUNICIPAL DO CORRÉGO CUMANDAÍ, NO
MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS. PRAZO: 07/12/2017 a 06/05/2018
 - **VALOR TOTAL: R\$ 54.000,00** (cinquenta e quatro mil reais).
RECURSO ORÇAMENTÁRIO – FUNDO MUNICIPAL DE MEIO
AMBIENTE – Dotação: 04.04.18.541.0510.2.048-33.90.39 (R2783).
ASSINAM: **Astolfo Carlos Mendes**, Gerente de Meio Ambiente e
 Ordenador de Despesas conforme Decreto nº 007/2017 (Contratante)
 e **Lais de Luna Ribeiro** (Contratada), Naviraí – MS, 07 de dezembro
 de 2017.

Publicado por:
 Jaqueline Maria Garcia Mascioli
Código Identificador:BFA85524

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 527/2017

CONTRATO Nº 527/2017 - PROCESSO Nº. 386/2017 – PREGÃO
PRESENCIAL Nº. 167/2017. CONTRATANTE: Município de
 Naviraí – MS – **CONTRATADA:** **PANTOJA ENGENHARIA**
LTDA - ME. OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA**
ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO E SERVIÇOS
GEOLÓGICOS (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA)
PARA ATENDER SOLICITAÇÃO DA GERÊNCIA DE OBRAS
DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS. PRAZO: 07/12/2017 a
 07/12/2018 - **VALOR TOTAL: R\$ 23.500,00** (vinte e três mil e
 quinhentos reais). **RECURSO ORÇAMENTÁRIO – GERÊNCIA DE**
OBRAS – Dotação: 01.04.041220401.2.080000.3.3.90.39.99 (R464).
ASSINAM: **Ana Paula Krambeck Silva Rocha**, Gerente de Obras e
 Ordenador de Despesas conforme Decreto nº 005/2017 (Contratante)
 e **Adria Wanessa Pantoja Pereira** (Contratada).

Naviraí – MS, 07 de dezembro de 2017.

Publicado por:
 Jaqueline Maria Garcia Mascioli
Código Identificador:812FDDD0

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 530/2017

Contrato: 530/2017 – **Processo Licitatório:** 391/2017 – **Tomada de**
Preço: 005/2017

Contratante: Município de Naviraí – MS.

Contratada: **SILVA & AZAMBUJA LTDA - EPP.**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA**
EXECUÇÃO DE ENTRADA DE SERVIÇO COLETIVA –
REDISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA – INSTALADA NAS UNIDADES
ESCOLARES: CIEI VERA MARIA DE BRIDA, EMEIEF JOSE
MARTINS FLORES, CRECHE MUNDO MAGICO-EXTENSÃO,
CMEI IRMÃ EVANETE DOS SANTOS – EXTENSÃO, CIEI
MARIA JOSE DA SILVA CANÇADO, EMEF PROFESSOR JOSE
CARLOS DA SILVA, CRECHE JARDIM IPÊ, DO MUNICÍPIO DE
NAVIRAÍ/MS.

Prazo de Vigência: 07/12/2017 a 05/06/2018.

Valor Total: R\$ 157.506,57 (cento e cinquenta e sete mil quinhentos e
 seis reais e cinquenta e sete centavos).

Recurso Orçamentário: **GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**
 - **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 01.05.12.361.0502.1.011-44.90.51
 (R 574).

Assinam: **Fátima de Lourdes Ferreira Liuti**, Gerente de Educação e
 Cultura e Ordenadora de Despesas conforme Decreto nº 003/2017
 (pela Contratante) e **Edenir Batista Azambuja** (pela Contratada).

Data de Assinatura do Contrato: 07/12/2017

Publicado por:
 Jaqueline Maria Garcia Mascioli
Código Identificador:F02FFBED

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO N.º 434/2017 PREGÃO PRESENCIAL N.º
190/2017.

A Prefeitura Municipal de Naviraí – MS, por meio de seu Pregoeiro,
 torna público o resultado do Processo **REGISTRO DE PREÇO**